

Análise de Viabilidade da Empresa: Fitness Center LTDA

Feasibility Analysis of the Company: Fitness Center LTDA

Análisis de Viabilidad de la Empresa: Fitness Center LTDA

Recebido: 30/09/2025 | Revisado: 08/10/2025 | Aceitado: 09/10/2025 | Publicado: 11/10/2025

Carlos Eduardo Martins de Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0169-2756>

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

E-mail: carlosmartins@unitins.br

Cheila Fernandes de Andrade

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3668-3926>

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

E-mail: cheila.fa@unitins.br

Jucicleia Teodoro de Lima Izidoro

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5991-2100>

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

E-mail: jucicleia.tl@unitins.br

Resumo

Este relatório apresenta as atividades realizadas ao longo do estágio supervisionado onde o aluno teve oportunidade de aplicar na prática conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso, especificamente nas áreas contábil e administrativa. O objetivo principal foi executar atividades que garantissem a conformidade com o Regulamento de Estágio Supervisionado da Unitins, utilizando software contábil para integrar teoria e prática. As atividades realizadas incluíram a elaboração do orçamento da empresa, planejamento tributário, e o processo de legalização da Fitness Center Ltda., configuração de sistemas contábeis, todos os eventos referentes ao departamento pessoal. Na metodologia, foram realizadas análises detalhadas de custos, receitas e despesas em diferentes setores da empresa, abrangendo a indústria, comércio e serviços. Os principais resultados incluem a definição de um orçamento que alocou recursos de forma estratégica, um planejamento tributário que otimizou a carga fiscal e a completa legalização da empresa, permitindo o acesso a financiamentos e a formalização das operações. No decorrer do desenvolvimento de atividades foi possível fomentar habilidades práticas, sob a supervisão de um professor, que contribuiu para um melhor entendimento das rotinas contábeis em um ambiente real de trabalho. Conclui-se que a experiência do estágio foi enriquecedora, proporcionando uma compreensão aprofundada dos processos contábeis e administrativos, fundamentais para a gestão eficiente de uma empresa. O conhecimento adquirido durante o estágio servirá como base para a futura atuação profissional do aluno no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Análise dos demonstrativos; Planejamento empresarial; Relatório.

Abstract

This report presents the activities carried out during the supervised internship, where the student had the opportunity to apply theoretical knowledge acquired throughout the course in a practical setting, specifically in the accounting and administrative areas. The main objective was to perform activities that ensured compliance with the Supervised Internship Regulations of Unitins, using accounting software to integrate theory and practice. The activities performed included the development of the company's budget, tax planning, the legalization process of Fitness Center Ltda., configuration of accounting systems, and all events related to the personnel department. In the methodology, detailed analyses of costs, revenues, and expenses were conducted in different sectors of the company, covering industry, commerce, and services. The main results include the definition of a budget that strategically allocated resources, a tax plan that optimized the tax burden, and the complete legalization of the company, allowing access to financing and the formalization of operations. Throughout the development of these activities, it was possible to foster practical skills under the supervision of a professor, which contributed to a better understanding of accounting routines in a real work environment. It is concluded that the internship experience was enriching, providing a deep understanding of accounting and administrative processes, which are fundamental for the efficient management of a company. The knowledge acquired during the internship will serve as a foundation for the student's future professional performance in the job market.

Keywords: Analysis of financial statements; Business planning; Report.

Resumen

Este informe presenta las actividades realizadas a lo largo de la práctica profesional supervisada, donde el alumno tuvo la oportunidad de aplicar en la práctica los conocimientos teóricos adquiridos durante el curso, específicamente en las áreas contable y administrativa. El objetivo principal fue ejecutar actividades que garantizaran el cumplimiento del Reglamento de Prácticas Profesionales Supervisadas de Unitins, utilizando software contable para integrar la teoría y la práctica. Las actividades realizadas incluyeron la elaboración del presupuesto de la empresa, la planificación fiscal, el proceso de legalización de Fitness Center Ltda., la configuración de sistemas contables y todos los eventos relacionados con el departamento de personal. En la metodología, se realizaron análisis detallados de costos, ingresos y gastos en diferentes sectores de la empresa, abarcando la industria, el comercio y los servicios. Los principales resultados incluyen la definición de un presupuesto que asignó recursos de forma estratégica, una planificación fiscal que optimizó la carga tributaria y la completa legalización de la empresa, permitiendo el acceso a financiamientos y la formalización de las operaciones. Durante el desarrollo de las actividades, fue posible fomentar habilidades prácticas, bajo la supervisión de un profesor, lo que contribuyó a una mejor comprensión de las rutinas contables en un entorno laboral real. Se concluye que la experiencia de la práctica fue enriquecedora, proporcionando una comprensión profunda de los procesos contables y administrativos, fundamentales para la gestión eficiente de una empresa. El conocimiento adquirido durante la práctica servirá como base para la futura actuación profesional del alumno en el mercado laboral.

Palabras clave: Análisis de los estados financieros; Planificación empresarial; Informe.

1. Introdução

A Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) tem como missão oferecer uma formação integral aos seus alunos, unindo teoria e prática para a construção de profissionais mais completos e preparados para o mercado de trabalho. Dentro desse contexto, o estágio supervisionado desempenha um papel fundamental, pois proporciona aos estudantes a oportunidade de vivenciar, em um ambiente real, as rotinas e desafios que envolvem a prática contábil. No curso de Ciências Contábeis, essa vivência é especialmente importante, uma vez que o profissional da área precisa dominar não apenas os aspectos técnicos da contabilidade, mas também compreender a gestão administrativa, fiscal e trabalhista das organizações. O estágio supervisionado, portanto, torna-se uma ferramenta essencial para consolidar o aprendizado adquirido em sala de aula, permitindo que o aluno aplique os conhecimentos em situações práticas.

Este relatório apresenta as atividades realizadas durante o Estágio Supervisionado na empresa fictícia Fitness Center Ltda., localizada na cidade de Augustinópolis, Tocantins. A escolha dessa empresa se deu por representar um modelo de negócio no setor de saúde e bem-estar, que reúne características tanto de prestação de serviços quanto de atividade industrial e comercial. A Fitness Center Ltda. atua em diferentes frentes. Entre seus serviços, destacam-se as aulas de CrossFit, a musculação com acompanhamento de personal trainer e as consultas nutricionais oferecidas aos clientes. Além disso, a empresa também possui um setor voltado para o comércio de suplementos alimentares, como creatina e whey protein, bem como para a fabricação de equipamentos, incluindo halteres e outros acessórios utilizados em academias. Essa diversidade de atividades permite que a empresa ocupe um espaço amplo no mercado local, atendendo diferentes demandas relacionadas à saúde, qualidade de vida e bem-estar físico.

Durante o estágio, as primeiras atividades desenvolvidas estiveram relacionadas ao processo de legalização da empresa. Esse processo envolveu a definição da razão social, do ramo de atividade e do regime de tributação mais adequado ao perfil do negócio. A razão social escolhida, Fitness Center Ltda., reflete a identidade da empresa e sua inserção no mercado fitness. Já a definição do ramo de atividade abrangeu tanto a fabricação de equipamentos quanto a prestação de serviços, destacando o caráter multifuncional da organização.

Outro ponto importante foi a análise e escolha do regime tributário. Nesse momento, foram estudadas as alternativas entre Lucro Real e Lucro Presumido, de modo a identificar a opção mais vantajosa e compatível com a realidade da empresa. Essa decisão é fundamental para garantir a eficiência fiscal, otimizar a carga tributária e assegurar a conformidade com a

legislação vigente. Esse processo mostrou-se enriquecedor para o aluno, pois permitiu observar, na prática, como conceitos estudados em sala de aula se aplicam diretamente às tomadas de decisão no ambiente empresarial.

No decorrer do estágio, também foi dada atenção especial ao departamento pessoal da empresa. Essa área é responsável por gerir os recursos humanos e assegurar que todas as obrigações trabalhistas sejam cumpridas. O aluno pôde realizar o cadastro de empregados, inserindo no sistema os dados pessoais e funcionais de cada colaborador, bem como a definição do pró-labore dos sócios. Além disso, foi possível acompanhar e realizar os lançamentos de eventos na folha de pagamento, contemplando salários, descontos, benefícios e encargos. A folha de pagamento mensal foi gerada com todos os seus desdobramentos, como a apuração e o recolhimento dos encargos sociais. Esse processo é essencial para garantir o cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas, além de assegurar os direitos dos empregados.

Outras atividades desempenhadas incluíram o cálculo de férias, considerando a proporcionalidade do tempo trabalhado, e o processamento de rescisões contratuais, tanto nos casos de demissão sem justa causa quanto nos pedidos de demissão por parte do colaborador. Em ambos os casos, foi necessário calcular corretamente as verbas rescisórias, respeitando a legislação em vigor. Também foram cumpridas diversas obrigações acessórias, como o envio de informações ao eSocial, ao FGTS Digital e à DCTFWeb. Essas obrigações são de caráter obrigatório e visam garantir a transparência e a regularidade da empresa junto aos órgãos fiscalizadores. A vivência dessas atividades reforçou a compreensão da importância da conformidade legal na gestão empresarial.

O estágio supervisionado não se restringiu apenas às rotinas trabalhistas. No setor contábil e fiscal, o aluno também desenvolveu atividades relacionadas à escrituração e à análise das movimentações financeiras da empresa. Com o auxílio do sistema Domínio, foi possível realizar os lançamentos contábeis, a apuração de tributos e a elaboração das demonstrações financeiras, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Essas atividades permitiram compreender como a contabilidade exerce um papel estratégico na gestão das empresas, fornecendo informações confiáveis que servem de base para a tomada de decisões. A elaboração das demonstrações financeiras, por exemplo, possibilita avaliar a situação patrimonial e financeira da empresa, identificar pontos de melhoria e orientar a definição de estratégias de crescimento. O Estágio Supervisionado II, portanto, mostrou-se uma experiência de grande relevância para o desenvolvimento profissional. Ele permitiu que o aluno vivenciasse, de forma integrada, diferentes áreas da contabilidade — legalização empresarial, planejamento tributário, gestão de pessoal, escrituração fiscal e elaboração de demonstrações contábeis.

Essa vivência prática consolidou os conhecimentos adquiridos ao longo do curso e proporcionou uma compreensão mais ampla sobre a importância da contabilidade para a gestão eficiente e responsável das organizações. Ao mesmo tempo, contribuiu para o desenvolvimento de competências técnicas e interpessoais, fundamentais para a atuação no mercado de trabalho. O objetivo principal foi executar atividades que garantissem a conformidade com o Regulamento de Estágio Supervisionado da Unitins, utilizando software contábil para integrar teoria e prática.

2. Metodologia

Realizou-se uma pesquisa descritiva, num estudo de natureza mista, do tipo relato de experiência (Gaya & Gaya, 2018; Pimentel, 2022) centrada em um fenômeno o qual é descrito podendo ser considerado como estudo de caso (Yin, 2015) e, de natureza qualitativa (Pereira et al., 2018), sobre o estágio supervisionado realizado para o curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS no ano de 2025. Esse estágio teve como finalidade aplicar, de forma prática e integrada, os conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica e, executar práticas contábeis nos departamentos

Societário, Pessoal, Fiscal e Contábil garantindo o atendimento aos requisitos especificados no Regulamento de Estágio Supervisionado da Unitins e p estágio realizado junto à empresa Fitness Center Ltda.

3. Resultados e Discussão

3.1 Orçamento

Durante o estágio, o aluno participou de atividades fundamentais para o desenvolvimento de competências contábeis e administrativas, aplicando conhecimentos teóricos em situações práticas. As tarefas incluíram a elaboração de documentos gerenciais, planejamento tributário e processos de legalização empresarial.

Inicialmente, foi elaborado o orçamento da empresa com base em um estudo de mercado que contemplou os setores industrial, comercial e de serviços. No segmento industrial, voltado à fabricação de equipamentos de academia, o investimento previsto foi de R\$ 206.000,00. No comércio de suplementos alimentares, foram destinados R\$ 51.500,00, enquanto o setor de serviços, com aulas e atendimentos especializados, recebeu R\$ 14.550,00. O capital social total foi fixado em R\$ 353.850,00, com maior ênfase no setor industrial.

O planejamento tributário comparou os regimes de Lucro Real e Lucro Presumido, visando identificar a opção mais vantajosa para a empresa. Também foi conduzido o processo de legalização, envolvendo a organização de documentos e registros formais.

Todas as atividades foram acompanhadas por um professor orientador, que contribuiu com orientações e avaliações contínuas. Essa experiência proporcionou ao aluno uma compreensão aprofundada da gestão empresarial, fortalecendo sua preparação para o mercado de trabalho e consolidando uma visão crítica e integrada da contabilidade.

A análise dos custos da empresa revelou uma estrutura financeira segmentada por setor. O setor industrial, voltado à fabricação de equipamentos de academia, apresentou o maior custo total (R\$ 29.461,68), com destaque para a matéria-prima (R\$ 15.000,00), essencial para garantir qualidade e competitividade. No comércio, o principal gasto foi com mercadorias (R\$ 10.000,00), refletindo a importância do estoque para atender à demanda. Já nos serviços, o custo concentrou-se na mão de obra (R\$ 14.942,49), evidenciando a necessidade de profissionais qualificados.

Quanto às despesas operacionais, o setor comercial liderou com R\$ 13.928,76, seguido pela indústria (R\$ 7.686,66) e serviços (R\$ 4.017,08). O orçamento geral foi de R\$ 25.632,50, sendo o departamento pessoal o maior responsável pelas despesas no comércio.

A previsão de receita foi calculada com base no custo total dividido pelo markup de cada setor: 55% para indústria, 45% para comércio e 52% para serviços. A receita mensal estimada é positiva em todos os segmentos, com destaque para a indústria (R\$ 55.556,69), seguida pelo comércio (R\$ 53.175,02) e serviços (R\$ 37.229,94). A projeção anual totaliza R\$ 1.727.659,87, indicando equilíbrio nas receitas mensais e potencial de crescimento sustentável.

Essa análise detalhada permite compreender a representatividade de cada setor no faturamento da empresa, servindo como base estratégica para decisões financeiras e tributárias.

3.2 Planejamento Tributário

A definição do regime tributário mais apropriado representa uma decisão estratégica essencial para qualquer empresa, pois influencia diretamente sua saúde financeira e a carga fiscal incidente. Tal escolha exige uma análise criteriosa de múltiplos fatores, sendo o planejamento tributário um componente central nesse processo, com impacto direto na eficiência financeira e na redução de tributos.

Nesse contexto, uma empresa do setor de academias realizou um estudo comparativo entre os regimes de Lucro Real e Lucro Presumido, buscando identificar aquele que melhor se adequaria à sua realidade econômica. Ambos os modelos possuem legislações específicas e características distintas, sendo necessário avaliar suas implicações fiscais com atenção.

O Lucro Real, aplicável a todas as pessoas jurídicas, demanda uma escrituração contábil rigorosa e detalhada, servindo de base para o cálculo do IRPJ e da CSLL. A apuração pode ocorrer trimestral ou anualmente, permitindo maior precisão na mensuração da carga tributária, conforme destacado por autores especializados na área contábil e tributária.

Por outro lado, o Lucro Presumido apresenta-se como uma alternativa simplificada, voltada principalmente para empresas com faturamento anual dentro de certos limites. Nesse regime, o IRPJ é calculado com base em uma margem de lucro estimada sobre a receita bruta, dispensando o detalhamento das despesas. Essa abordagem, segundo estudiosos da área fiscal, facilita a gestão tributária de pequenas e médias empresas ao reduzir a complexidade contábil.

Após uma análise detalhada, a empresa optou pelo Lucro Presumido, cuja projeção indicava um lucro de 18,38% e uma carga tributária de 34,27%. Em comparação, o Lucro Real apresentava uma estimativa de lucro de 11,77% e uma tributação de 40,87%. Diante desse cenário, a escolha pelo regime simplificado revelou-se mais vantajosa, alinhando-se aos objetivos de otimização fiscal e melhoria dos resultados financeiros.

3.3 Legalização da Empresa

Durante o estágio, foram desenvolvidas e acompanhadas todas as etapas necessárias para a legalização da empresa Fitness Center Ltda, o que permitiu compreender de forma aprofundada os procedimentos administrativos e legais envolvidos na constituição de uma empresa no Brasil. A formalização de um negócio é uma etapa crucial para assegurar que as atividades sejam realizadas em conformidade com a legislação vigente, prevenindo sanções, multas ou outras penalidades administrativas.

Além disso, a legalização protege os direitos dos sócios, garante acesso a benefícios fiscais e linhas de crédito, possibilita a participação em licitações públicas e confere segurança jurídica em eventuais disputas societárias.

O primeiro passo para a regularização da Fitness Center Ltda foi a elaboração do contrato social, documento que constitui a base jurídica da empresa. Nele são definidos a razão social, o objeto social, o capital social, a sede da empresa, as atividades econômicas a serem desenvolvidas e a qualificação completa dos sócios, bem como as responsabilidades, participações e direitos de cada um.

Este documento é fundamental não apenas para a formalização do negócio, mas também para nortear a administração e as operações internas da empresa, servindo como referência em processos judiciais ou administrativos futuros.

Após a elaboração e assinatura do contrato social, este foi submetido à Junta Comercial do Estado do Tocantins (JUCETINS), responsável pelo registro formal das empresas. A Junta Comercial avalia a regularidade do documento, verifica a conformidade com a legislação vigente e, quando aprovado, emite a matrícula e o número de registro da empresa, mediante pagamento da taxa correspondente, cujo valor varia de acordo com o porte da empresa e o tipo de serviço solicitado. Esse registro confere personalidade jurídica à empresa, permitindo que ela atue formalmente no mercado e realize contratos em seu próprio nome.

Concomitantemente, foi solicitado o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal, que é essencial para a identificação fiscal da empresa. O CNPJ funciona como o “RG” da empresa, sendo exigido para a emissão de notas fiscais, abertura de contas bancárias empresariais, solicitação de financiamentos e operações tributárias. Com o CNPJ em mãos, a empresa preencheu o Boletim de Informações Cadastrais (BIC), documento que reúne dados detalhados sobre a empresa, como endereço, natureza jurídica, atividades econômicas, sócios e situação cadastral, permitindo o registro formal junto aos órgãos competentes e facilitando a fiscalização e o acesso a serviços financeiros e comerciais.

A etapa seguinte envolveu a inscrição municipal, que regulariza a empresa perante o município de atuação, permitindo a emissão de alvarás e notas fiscais e garantindo a conformidade tributária municipal. Simultaneamente, foi realizada a inscrição estadual, obrigatória para empresas que exercem atividades comerciais e industriais sujeitas ao ICMS. A inscrição estadual garante a regularidade fiscal, possibilita a emissão de notas fiscais de circulação de mercadorias e facilita a participação em processos licitatórios estaduais. Para ambos os registros, é necessário o pagamento de taxas, que variam conforme a localidade e a natureza da atividade da empresa.

A legalização da Fitness Center Ltda envolveu diversas etapas essenciais para garantir a conformidade legal e operacional da empresa. Inicialmente, foi obtida a Certidão do Corpo de Bombeiros, após apresentação e aprovação de um projeto de combate a incêndio e vistoria técnica. Esse documento foi indispensável para a solicitação do Alvará de Funcionamento junto à Prefeitura de Augustinópolis, que exige também o CNPJ, inscrição municipal e contrato social.

Paralelamente, foi solicitado o Alvará Sanitário, necessário para estabelecimentos que impactam a saúde pública. A obtenção envolveu apresentação de documentos técnicos, comprovação das condições estruturais e vistoria da Vigilância Sanitária. O processo foi agilizado com o uso do sistema Simplifica, que integra dados de diferentes órgãos públicos, facilitando a tramitação. Cada etapa da formalização — como registro na JUCETINS, obtenção do CNPJ, BIC, inscrições municipal e estadual, contribuiu para a estrutura jurídica, fiscal e administrativa da empresa, assegurando transparência, segurança e eficiência.

Após a legalização, foi realizado o cadastro da empresa no sistema Domínio, incluindo dados cadastrais, atividades econômicas, quadro societário e informações dos sócios. A configuração dos parâmetros da empresa no sistema contemplou aspectos como folha de pagamento, regime tributário e cálculos específicos, garantindo uma base sólida para a gestão contábil e administrativa. Esse processo proporcionou ao estagiário uma vivência prática sobre os procedimentos legais, administrativos e tecnológicos envolvidos na constituição e gestão de uma empresa no Brasil.

3.4 Departamento Pessoal

O Departamento Pessoal (DP) é uma área essencial, responsável por administrar os processos relacionados à gestão de pessoas dentro das empresas. Sua atuação é regulamentada pelo Ministério do Trabalho e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre suas principais atribuições estão a admissão e demissão de funcionários, o processamento da folha de pagamento, a gestão de benefícios, o cumprimento das obrigações trabalhistas, o controle de férias e afastamentos, entre outras atividades.

A Fitness Center Ltda. possui sua estrutura funcional dividida em três setores principais: comércio, serviços e indústria, cada um com colaboradores específicos para atender às suas respectivas demandas. No setor de comércio, a empresa conta com quatro funcionários: um auxiliar administrativo, dois vendedores e um operador de caixa, responsáveis pelo atendimento ao público e suporte administrativo. No setor de serviços, há três profissionais especializados: um instrutor de CrossFit, um personal trainer e um nutricionista, que oferecem suporte técnico e personalizado aos clientes. Já no setor de indústria, a equipe é composta por um operador de máquina, um auxiliar de produção e um gerente de produção, encarregados de gerenciar e executar as atividades ligadas à fabricação e logística.

Em janeiro de 2024, o Departamento Pessoal (DP) da Fitness Center Ltda. iniciou o processo de cadastro dos dez novos colaboradores, assegurando o cumprimento das exigências legais e promovendo uma integração eficiente à empresa.

Para o cadastro dos novos colaboradores, foram requisitados diversos documentos: CPF, carteira de identidade, título de eleitor, CTPS digital, foto 3x4, comprovante de residência com CEP, certidão de casamento ou nascimento, carteira de

reservista (quando aplicável), diploma ou certificado de escolaridade e cópia do cartão bancário contendo o número da agência e conta.

No caso de funcionários, que possui filho menor de 14 anos, foi necessário apresentar documentação adicional: certidão de nascimento dos filhos, cartão de vacinação atualizado, declaração escolar, cópias do RG e CPF de cada dependente, e, quando aplicável, certidões de guarda ou tutela e atestados médicos de invalidez.

O Departamento Pessoal da Fitness Center Ltda. conduziu com eficiência a integração dos novos colaboradores, garantindo conformidade com a legislação vigente. Após a entrega da documentação, os funcionários realizaram exames médicos admissionais, resultando na emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), que confirmou a aptidão para o exercício das funções.

O cadastro dos empregados foi feito no sistema Domínio Contábil, incluindo dados pessoais e profissionais, geração das fichas de empregados e elaboração dos contratos de trabalho. Esses contratos foram formalizados conforme a modalidade adequada: prazo determinado, prazo indeterminado ou contrato de experiência, cada um com características específicas quanto à duração e finalidade. Esse processo assegurou organização administrativa, legalidade nas contratações e preparo dos setores para atender às demandas da empresa.

Como exemplo, o funcionário Marcelo Alencar Fernandes, contratado para o cargo de operador de caixa, foi admitido sob o regime de contrato de experiência com duração de 90 dias. Essa modalidade foi escolhida para avaliar sua adequação às atividades e ao ambiente de trabalho, garantindo que a decisão de estabelecer um vínculo definitivo seja feita com base no desempenho e na integração demonstrados nesse período.

O uso de um sistema contábil eficiente aliado à aplicação correta dos tipos de contrato evidencia o compromisso da Fitness Center Ltda. com a gestão estruturada e em conformidade com a legislação trabalhista.

Os eventos na folha de pagamento correspondem às verbas ou códigos que representam pagamentos e/ou descontos exibidos nos recibos de salário e utilizados nos cálculos da folha, tanto em rotinas mensais quanto em processos de rescisão. Esses eventos desempenham um papel essencial, pois contêm definições cruciais e características específicas que sustentam a precisão e a conformidade legal dos cálculos realizados. Quando os eventos não são devidamente cadastrados ou configurados de maneira incorreta, podem ocorrer falhas nos cálculos, comprometendo a exatidão e a regularidade da folha de pagamento.

A gestão da folha de pagamento na Fitness Center Ltda. foi realizada por meio do Sistema Domínio, que automatiza cálculos com base em parâmetros como escalas e horários. Os principais eventos utilizados incluem horas normais, descanso semanal remunerado (DSR), perdas de DSR e integração com o banco de horas, assegurando conformidade com a legislação trabalhista.

Os eventos são classificados em proventos — como salário base, horas extras, adicionais e gratificações — e descontos, que abrangem INSS, IRRF, vale-transporte, planos de saúde, entre outros. Todos os eventos foram devidamente configurados no sistema, incluindo registros não periódicos ao longo de 2024, o que garantiu precisão, eficiência e adequação às especificidades de cada colaborador, além do cumprimento das obrigações legais.

A folha de pagamento desempenha funções operacionais, contábeis e fiscais e deve ser elaborada com base em todas as ocorrências registradas mensalmente para cada colaborador. Esse documento, conhecido como holerite ou contracheque, serve como um demonstrativo formal e impresso que contém informações detalhadas sobre o funcionário, incluindo dados pessoais, cargo, salário, proventos, descontos e a listagem completa dos valores recebidos e descontados referentes ao período trabalhado.

Para efetuar o cálculo da folha de pagamento, é imprescindível somar todos os proventos, que englobam o salário base, benefícios e adicionais, e, posteriormente, deduzir os tributos e demais valores estabelecidos pela legislação vigente. Esse

cálculo é realizado com base no salário bruto do colaborador. Um dos descontos obrigatórios mais significativos é o do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que incide sobre a remuneração total do trabalhador, conforme uma tabela progressiva ligada ao valor do salário bruto. O desconto mensal de 11% sobre o valor pré-estabelecido do salário bruto garante ao colaborador o acesso de alguns benefícios oferecidos pela Previdência Social. Dentre eles, pode-se citar a aposentadoria, auxílio-doença e o salário-maternidade.

A folha de pagamento é responsável por registrar mensalmente todos os empregados que tiveram direito ao salário concedido valorizando o acordo entre as partes, incluindo valores adicionais previstos. A CLT regulamenta a folha de pagamento e determina que o mesmo deve ser pago até o quinto dia útil do mês seguinte ao trabalhado, podendo variar, tal regra, para o empregado que recebe seu salário de maneira quinzenal ou semanal. Importante ressaltar que a convenção coletiva de trabalho pode ter outras normas específicas, que se sobrepõem às disposições da CLT, condicionada às necessidades de cada categoria profissional.

Os encargos sociais são as obrigações que o empregador deve pagar além do salário do empregado, que são referidas a legislação trabalhista e previdenciária. Esses encargos garantem os direitos dos trabalhadores, os principais encargos no Brasil são: férias, 13º salário, fundo de garantia ao tempo de serviço, adicional e vale transporte.

O fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS) é pago mensalmente pelo valor de 8% do salário bruto do empregado em uma conta vinculada, que pode ser sacado em situações específicas. O percentual de 8% também deve ser recolhido sobre o 13º salário. As empresas que contratam funcionários sob o regime CLT devem efetuar o pagamento do FGTS até o dia 20 do mês de trabalho. Se o funcionário for dispensado sem justa causa, a empresa deve pagar o valor correspondente a 40% do saldo da conta vinculada do FGTS.

O colaborador tem direito a 30 dias de descanso remunerado após 12 meses de trabalho, que pode ser acumulada ao longo de 24 meses. Porém se ultrapassar o período de 12 meses, deve pagar a remuneração em dobro, além do descanso do empregado. O colaborador recebe um adicional de 1/3 do salário, que deve ser pago dois dias antes de sua licença.

A seguridade social é destinada a assegurar os direitos referentes à saúde, à previdência e à assistência social, essa contribuição garante benefícios como aposentadoria, auxílio-doença e salário maternidade. A contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), corresponde um percentual entre 5% a 22,5% sobre a folha de pagamento, sendo obrigação do empregador recolher o valor até o segundo dia último do mês subsequente.

O adicional de remuneração são para atividades que podem ser consideradas, perigosa e insalubre, o percentual pode variar de 5% a 40%. O adicional de insalubridade e periculosidade, são compensações para colaboradores expostos a condições de riscos, estando em locais insalubres, ou em contato com substâncias radioativas ou tóxicas. É reduzido ou eliminado o adicional da remuneração, quando a adoção de normas de proteção no ambiente de trabalho, reduzindo o risco.

As férias remuneradas são um direito de todo trabalhador que esteja sob o regime de trabalho conforme a Consolidação de leis do Trabalho (CLT). As férias são o período de descanso a que o trabalhador tem direito após 12 meses de trabalho, tendo sua remuneração assegurada e um adicional de 1/3 do salário. Além de um direito às férias também é um dever, o funcionário não pode cumprir sua jornada de trabalho nesse período, e não pode renunciar às férias.

Diante disso, a Empresa Fitness Center Ltda. concedeu férias ao colaborador Carlos Henrique Correia Nascimento, em conformidade com as disposições legais vigentes. O período aquisitivo foi de 02/01/2024 a 01/01/2025, e o período de descanso ocorreu entre 01/12/2024 e 30/12/2024, com o retorno do colaborador ao trabalho em 31/12/2024. O colaborador recebeu o valor de mil e quinhentos reais (R\$1.500,00) com antecedência de dois dias ao início do período de férias.

O aviso prévio de férias, demonstra o valor de horas integral, a média do valor de férias, a média de horas de férias, o adicional de 1/3 das férias e o desconto do INSS férias, onde o funcionário recebia de salário R\$1.451,61 em um mês normal, durante as férias ele receberá R\$1.842,20.

O cálculo do valor das férias é baseado no salário do funcionário durante um período de 12 meses. O valor inclui 1/3 do salário base somado com o valor referente aos dias de descanso que ele deve receber. Se o empregado tiver direito a férias proporcionais, o cálculo será realizado com base no tempo trabalhado. Além disso, encargos e deduções de imposto de renda e INSS, se existirem, devem ser retirados do montante. O pagamento deve ser feito dois dias antes do período das férias.

O colaborador Carlos Henrique Correia Nascimento foi informado sobre o período de suas férias, que será de 30 dias. O valor referente a 1/3 das férias será de R\$500,28. Assim, o total a ser pago a Carlos Henrique no dia 29/11/2024, referente à quitação das férias, será de R\$1.842,20.

A base de cálculo das férias foi composta pelo salário base de R\$1.500,00, com proventos de horas normais totalizando R\$1.451,61. A média do valor das férias é de R\$ 38,83, e a média de horas de férias é de R\$ 10,39. Após o desconto do INSS no valor de R\$ 158,91, o valor líquido final a ser recebido será de R\$ 1.842,20.

O décimo terceiro salário é uma remuneração extra que é paga aos funcionários anualmente, aqueles que estão sob vínculo formal de emprego. Ele proporciona um apoio financeiro adicional ao colaborador. Esse valor corresponde ao salário base e pode ser pago em duas parcelas, a primeira pode ser paga até o dia 30 de novembro, e a segunda pode ser paga até o dia 20 de dezembro. O 13º também pode ser antecipado, desde que acordado entre as partes.

A primeira parcela é paga de forma integral, enquanto a segunda parcela corresponde a diferença do valor total, descontando os encargos legais, como INSS, e em alguns casos também é descontado o imposto de renda. O 13º salário é baseado no tempo de trabalho, para quem trabalhou os 12 meses do ano, recebe o valor integral, já para os colaboradores que trabalhou menos, o valor proporcional aos meses trabalhados, considerando 1/12 do salário para cada mês de trabalho. A empresa Boa Forma Academia, pagou os 13º de todos os colaboradores em duas parcelas, a primeira paga em novembro de 2024 e a segunda parcela paga em dezembro de 2024.

Como por exemplo, o colaborador Carlos Henrique Correia Nascimento, cujo cargo é vendedor e que foi admitido em janeiro de 2024, com salário base de R\$ 1.500,00. Recebeu o adiantamento do 13º salário no valor de R\$ 775,93 sem nenhum desconto no mês de novembro. Já o mês de dezembro ele recebeu o 13º salário integral, com o desconto de R\$ 775,93 referente a primeira parcela e um desconto de R\$ 118,48 referente ao INSS, totalizando o valor líquido de R\$ 657,43.

A rescisão do contrato de trabalho ocorre quando há encerramento do vínculo empregatício, podendo se dar por diferentes formas: demissão sem ou com justa causa, pedido de demissão, acordo entre as partes ou término de contrato por prazo determinado. Cada modalidade implica direitos e obrigações específicas para empregador e empregado, como pagamento de verbas rescisórias, aviso prévio e multa sobre o FGTS.

O aviso prévio, obrigatório em rescisões, pode ser trabalhado ou indenizado, com duração mínima de 30 dias, acrescida de 3 dias por ano de serviço. Os cálculos rescisórios consideram saldo de salário, férias vencidas e proporcionais com adicional de 1/3, 13º proporcional, aviso prévio e multa de 40% sobre o FGTS, além dos descontos legais.

Em novembro, a Boa Forma Academia registrou a demissão sem justa causa de Marcelo Alencar Fernandes, com aviso prévio indenizado. As verbas rescisórias totalizaram R\$ 5.176,95, com deduções de R\$ 886,97, resultando em pagamento líquido de R\$ 4.290,08. O processo seguiu os critérios legais vigentes, garantindo os direitos do colaborador.

As obrigações acessórias representam deveres jurídicos adicionais às obrigações principais das empresas, sendo indispensáveis para a fiscalização e o controle do cumprimento das normas tributárias. Conforme Andrade et al. (2013), essas

obrigações consistem em documentos e relatórios exigidos pelos órgãos fiscalizadores, utilizados para verificar, avaliar e cruzar informações apresentadas por contribuintes, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

Embora não tenham caráter pecuniário direto, incluem atividades como a escrituração de livros contábeis, emissão de notas fiscais e entrega de declarações fiscais. Tais práticas fortalecem a transparência, a eficiência do sistema tributário e a conformidade no pagamento dos tributos. O descumprimento dessas obrigações, no entanto, pode acarretar multas e outras penalidades, transformando-se em obrigações principais.

Nesse contexto, a escrita fiscal e a escrita contábil também assumem papel central. A escrita fiscal compreende o lançamento e controle das notas fiscais, assegurando o correto registro das operações e a apuração dos tributos incidentes. Já a escrita contábil envolve os registros sistemáticos das movimentações financeiras, resultando na elaboração das demonstrações contábeis como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e possibilitando o cálculo de índices financeiros que auxiliam na análise da saúde econômico-financeira da empresa.

A digitalização trouxe avanços significativos nesse processo. O eSocial simplifica o envio de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias; o FGTS Digital moderniza a gestão do fundo, centralizando processos; a DCTFWeb consolida débitos e créditos previdenciários a partir de dados do eSocial e da EFD-Reinf; a SST garante proteção à saúde e segurança dos trabalhadores com informações também enviadas pelo eSocial; e o DET atua como caixa postal eletrônica, assegurando comunicação ágil e segura entre fisco e contribuintes.

Assim, observa-se que as obrigações acessórias, somadas à escrita fiscal e à escrita contábil, exigem atenção rigorosa dos contribuintes, ao mesmo tempo em que promovem maior transparência, modernização da administração fiscal e fornecem instrumentos de gestão que contribuem para a sustentabilidade e a credibilidade das organizações no mercado.

3.5 Escrita Fiscal

A escrita fiscal constitui um dos pilares fundamentais da gestão contábil e tributária das organizações, sendo responsável pelo correto registro, controle e acompanhamento das operações que envolvem tributos incidentes sobre as atividades empresariais. Por meio dela, a empresa garante o cumprimento das obrigações acessórias e principais estabelecidas pela legislação, evitando penalidades, multas e sanções decorrentes de eventuais inconsistências ou omissões. Trata-se, portanto, de um instrumento que transcende a função meramente burocrática, assumindo papel estratégico para a sustentabilidade da atividade empresarial.

No âmbito da contabilidade, a escrita fiscal viabiliza a apuração precisa de tributos, como ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS, além de outros impostos aplicáveis conforme o regime tributário adotado pela empresa. O correto processamento dessas informações permite não apenas atender às exigências legais, mas também fornecer subsídios relevantes para o planejamento tributário, possibilitando a identificação de oportunidades de redução da carga fiscal de forma lícita.

Dessa forma, a escrita fiscal integra-se diretamente às práticas de gestão, orientando decisões que impactam a lucratividade e a competitividade da organização no mercado.

Outro aspecto a ser considerado é a complexidade da legislação tributária brasileira, caracterizada por sua dinamicidade e pela coexistência de normas federais, estaduais e municipais.

Nesse cenário, a escrita fiscal desempenha função de filtro organizador, reunindo e interpretando as informações necessárias para que a empresa mantenha sua conformidade. Esse processo exige profissionais capacitados, capazes de acompanhar constantemente as alterações normativas, além do uso de sistemas informatizados que ampliam a confiabilidade e a agilidade nos registros.

Além de atender à legislação, a escrita fiscal contribui para a transparência e a governança corporativa. O registro fidedigno das operações fiscais permite que investidores, gestores e órgãos fiscalizadores tenham acesso a informações claras e confiáveis sobre a real situação da empresa. Tal prática fortalece a credibilidade da organização perante o mercado, favorecendo o acesso a crédito, a participação em licitações públicas e a manutenção de relações comerciais sustentáveis com fornecedores e clientes.

Cabe destacar também o papel da escrita fiscal na prevenção de riscos. Uma escrituração falha ou incompleta pode gerar autuações fiscais, comprometer a imagem da empresa e acarretar custos adicionais que impactam diretamente sua saúde financeira. Por outro lado, quando realizada de forma adequada, a escrita fiscal possibilita a antecipação de contingências, oferecendo maior segurança para o processo de tomada de decisão. Assim, evidencia-se seu caráter estratégico, que vai além do cumprimento formal das normas tributárias.

Por fim, pode-se afirmar que a escrita fiscal, quando bem estruturada e conduzida, representa não apenas uma obrigação legal, mas também um diferencial competitivo. Ao assegurar conformidade, transparência e eficiência tributária, ela contribui para que a empresa mantenha sua sustentabilidade financeira e se posicione de maneira sólida frente às exigências do mercado. Portanto, sua relevância ultrapassa os limites da contabilidade e da legislação, consolidando-se como um elemento indispensável na gestão organizacional contemporânea.

3.6 Contabilidade

A contabilidade é uma ciência social aplicada que tem como finalidade principal estudar, interpretar e registrar os fenômenos que afetam o patrimônio das entidades. Mais do que um simples sistema de escrituração, ela constitui um instrumento de informação e controle, fundamental para a tomada de decisões de gestores, investidores, credores e demais usuários.

Ao organizar e interpretar os registros financeiros, a contabilidade torna-se essencial para compreender a realidade econômica da organização, auxiliando no planejamento e no acompanhamento de suas atividades.

No contexto empresarial, a contabilidade é responsável por fornecer relatórios que expressam, de forma estruturada e transparente, a situação patrimonial e financeira da empresa. Demonstrações como o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e o Fluxo de Caixa permitem analisar a liquidez, a rentabilidade e a solvência do negócio. Esses instrumentos são indispensáveis para verificar a capacidade da empresa em honrar seus compromissos, medir seu desempenho e orientar estratégias voltadas para o crescimento sustentável.

A contabilidade vai além do registro de informações, atuando estrategicamente na gestão organizacional. Por meio da análise de custos, receitas e investimentos, contribui para a redução de despesas, definição de metas e aumento da competitividade empresarial.

Com a globalização, a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Brasil elevou a qualidade e transparência das informações financeiras, facilitando o acesso a recursos e a inserção no mercado global. Além disso, a contabilidade exerce papel essencial na governança e controle social, ao garantir informações confiáveis e auditáveis. Isso fortalece a confiança de investidores e órgãos reguladores, impactando positivamente o desenvolvimento econômico e a credibilidade do mercado.

Portanto, a contabilidade deve ser compreendida não apenas como um sistema técnico de registros financeiros, mas como uma ferramenta dinâmica, estratégica e indispensável para a sobrevivência e expansão das organizações. Sua atuação abrange desde o atendimento às obrigações legais até a formulação de estratégias que garantem sustentabilidade e

competitividade. Dessa forma, consolida-se como uma ciência essencial na mediação entre a realidade patrimonial e a tomada de decisão, desempenhando papel vital para o funcionamento eficiente das empresas e da economia como um todo.

3.7 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são desenvolvidas com base nas informações geradas pelo departamento contábil, as principais demonstrações são o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), ambas são exigidas pela Lei nº 6.404/76, tais demonstrações representam a situação econômica e financeira no período vigente. Segundo Sá (2023, p. 80), “as demonstrações contábeis cumprem um papel de accountability, pois possibilitam à empresa prestar contas à sociedade, ao fisco e aos usuários da informação contábil com base em critérios técnicos e normativos bem definidos”.

O processo de elaboração dessas demonstrações requer análise crítica e domínio técnico por parte do profissional contábil, como os autores Beuren, Hein e Klann (2021, p. 39) destacam: “O contador, ao preparar as demonstrações, deve ir além da simples escrituração. É preciso interpretar os dados, identificar tendências, reconhecer riscos e comunicar os resultados de forma clara e ética, contribuindo para a boa governança corporativa”.

O balanço patrimonial da empresa Fitness Center Ltda, foi elaborado em 31/12/2024 e seu Ativo Total foi de R\$3.791.201,93, enquanto o Passivo Total somou R\$774.138,05 e o Patrimônio Líquido R\$ 3.017.063,88.

3.8 Análise das Demonstrações Contábeis

A análise da estrutura de custos e receitas da empresa demonstra que a organização apresenta condições favoráveis para operar com lucratividade e sustentabilidade financeira, elementos que, segundo Assaf Neto (2015), constituem pilares fundamentais da gestão empresarial moderna. A adequada alocação dos recursos financeiros e o equilíbrio entre despesas fixas, variáveis e receitas operacionais asseguram a capacidade da empresa em manter suas atividades em pleno funcionamento, ao mesmo tempo em que cria margens para reinvestimentos estratégicos. Esse aspecto é particularmente relevante em contextos de instabilidade econômica, nos quais a eficiência na gestão dos custos e a diversificação das fontes de receita tornam-se determinantes para a continuidade do negócio.

Do ponto de vista dos indicadores contábeis, a avaliação dos índices de liquidez, rentabilidade e endividamento revela que a empresa possui uma estrutura financeira sólida. A liquidez evidencia capacidade de honrar compromissos de curto prazo sem comprometer o capital de giro, o que denota uma gestão prudente e eficiente.

A rentabilidade, por sua vez, indica que a empresa tem conseguido gerar valor a partir de seus ativos e operações, reforçando sua viabilidade econômica. Já o endividamento encontra-se em níveis compatíveis com o porte e a natureza da organização, sinalizando responsabilidade no manejo das obrigações financeiras. Conforme Gitman (2010), esses indicadores funcionam como instrumentos essenciais para avaliar a saúde financeira das empresas e orientar a tomada de decisão estratégica, já que fornecem uma visão quantitativa do desempenho organizacional.

Em relação ao modelo de negócio, observa-se que este se encontra alinhado com a demanda e o perfil de consumo da região, condição indispensável para a competitividade, conforme destaca Kotler (2017), ao enfatizar a importância da adequação das estratégias empresariais às especificidades culturais, sociais e econômicas do mercado-alvo. A proposta da empresa não apenas atende às necessidades objetivas dos consumidores locais, mas também se articula com suas expectativas de qualidade, preço acessível e atendimento diferenciado, fatores que contribuem para a fidelização da clientela e para a construção de vantagem competitiva sustentável.

No tocante à concorrência, a presença de empresas já estabelecidas nos ramos de comércio, serviços e indústria configura um cenário competitivo significativo. Entretanto, a organização em análise adota um posicionamento estratégico

voltado para a diferenciação, apostando na qualidade, inovação e atendimento personalizado como vetores de competitividade. Porter (1986) argumenta que, em mercados com elevada concorrência, a vantagem competitiva deriva da capacidade da empresa em se diferenciar e agregar valor percebido ao cliente, elementos que se mostram presentes na estratégia da organização estudada. Assim, ainda que existam competidores consolidados, a empresa demonstra condições de disputar espaço de forma consistente e projetar sua consolidação no mercado.

No aspecto jurídico e regulatório, constata-se que a empresa se encontra devidamente regularizada, cumprindo integralmente as exigências fiscais e acessórias previstas na legislação vigente. Esse fator é crucial para a legitimidade e continuidade do empreendimento, visto que, segundo Marion (2012), a conformidade legal constitui não apenas uma obrigação, mas também um diferencial competitivo, uma vez que garante maior credibilidade perante fornecedores, clientes, instituições financeiras e órgãos públicos. Além disso, a regularidade fiscal assegura acesso a linhas de crédito, participação em licitações e proteção contra sanções legais, fortalecendo a imagem institucional da organização e ampliando suas perspectivas de crescimento.

Neste relatório, o aluno apresentará uma cronologia detalhada das atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado na Fitness Center Ltda. O processo teve início com a seleção criteriosa das atividades que a empresa almejava implantar. Em seguida, foi conduzido um levantamento abrangente que possibilitou a elaboração do orçamento inicial, incluindo uma análise minuciosa dos custos e despesas nos setores de serviços, comércio e indústria. Com o orçamento devidamente finalizado, avançamos para a fase de planejamento tributário. Nesta etapa, foram considerados diversos fatores, como o número de funcionários, os custos operacionais de cada setor, bem como as receitas e despesas associadas. Foi também realizada a inclusão dos dados necessários para o cálculo do PIS, COFINS e ICMS.

Após a completa alimentação dessas informações, os resultados foram analisados de forma criteriosa, permitindo à empresa determinar qual regime tributário se adequaria melhor às suas necessidades e características operacionais. Após uma análise aprofundada das opções disponíveis, a decisão recaiu sobre o regime de Lucro Presumido, uma escolha fundamentada na maximização dos resultados financeiros e na otimização da carga tributária, levando em consideração as especificidades da empresa.

Concluído o processo de elaboração do orçamento e do planejamento tributário, iniciamos a produção de toda a documentação necessária para que a empresa fosse legalmente constituída. Esse processo abrangeu a elaboração do contrato social, a definição da razão social e o registro na Junta Comercial, etapas essenciais para a formalização da empresa e a garantia de sua legalidade. Após essa formalização, foram obtidos o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a inscrição municipal, ambos fundamentais para o funcionamento regular da empresa.

Adicionalmente, foi realizado o cadastro inicial da empresa no sistema Domínio, começando pela inclusão da empresa em si, seguido pelo registro dos sócios e, por último, a configuração dos parâmetros administrativos da empresa. Essas etapas foram cruciais para assegurar que todos os aspectos operacionais e administrativos estivessem devidamente organizados e documentados, permitindo à Fitness Center Ltda estar devidamente legalizada.

Após a legalização da empresa, na segunda parte do Estágio Supervisionado I, iniciamos as atividades no departamento pessoal, onde realizamos o cadastro dos 10 funcionários, além da definição do pró-labore da empresa. Nesse processo, configuramos todos os parâmetros necessários para garantir que a empresa estivesse em conformidade com as exigências legais.

Com o cadastro dos empregados finalizado, fizemos todos os lançamentos de eventos relacionados à folha de pagamento de 2024, gerando a folha de pagamento mensal de cada colaborador, conforme os devidos cálculos. Além disso, solicitamos as férias de determinados colaboradores, realizando os cálculos devidos para garantir o pagamento correto.

Também realizamos os cálculos das verbas rescisórias, considerando casos de demissão sem justa causa e pedido de demissão. Durante o estágio, foi abordado todo o procedimento necessário para garantir a legalidade dos processos realizados no departamento pessoal. Com essas atividades concluídas, finalizamos o Estágio Supervisionado I.

A descrição cronológica das atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado na empresa Fitness Center Ltda. possibilita uma análise crítica dos resultados alcançados em cada etapa, bem como a interpretação das implicações das decisões tomadas ao longo do processo. A fase inicial, voltada ao levantamento e elaboração do orçamento, evidenciou a aplicação de princípios contábeis na previsão de custos e despesas dos diversos setores da organização (serviços, comércio e indústria).

A abrangência e a precisão dessa etapa revelam-se determinantes, uma vez que impactam diretamente a qualidade do orçamento e, por consequência, o planejamento tributário subsequente. Cabe ressaltar que a metodologia utilizada para a análise dos custos e despesas poderia ser detalhada de forma mais aprofundada, a fim de demonstrar a robustez e a adequação do procedimento ao contexto empresarial.

No que se refere ao planejamento tributário, a escolha pelo regime de Lucro Presumido representou uma decisão estratégica, fundamentada na busca pela maximização dos resultados financeiros e pela otimização da carga tributária. A análise levou em consideração fatores como número de funcionários, custos operacionais, receitas e despesas, além dos cálculos referentes a tributos como PIS, COFINS e ICMS.

Entretanto, seria pertinente apresentar uma avaliação mais minuciosa sobre os motivos que levaram à exclusão de outros regimes tributários, como o Simples Nacional e o Lucro Real, bem como justificar, de forma mais detalhada, os benefícios específicos do Lucro Presumido para a realidade operacional da empresa. A etapa de constituição e legalização da empresa, contemplando a elaboração do contrato social, o registro na Junta Comercial, a obtenção do CNPJ e da inscrição municipal, evidencia a aplicação prática do conhecimento relacionado aos procedimentos legais e burocráticos necessários à formalização de uma entidade empresarial. A eficiência e a precisão nessa fase mostraram-se fundamentais para garantir o início das operações em conformidade com a legislação vigente.

O cadastro inicial da empresa no sistema Domínio, contemplando a inclusão de dados da organização, dos sócios e de parâmetros administrativos, destacou a importância da organização e da correta parametrização de softwares de gestão. A utilização de um sistema integrado como o Domínio reforça a preocupação com a eficiência e a centralização das informações, favorecendo a confiabilidade e a agilidade dos processos administrativos e contábeis.

No âmbito do departamento pessoal, as atividades realizadas envolveram o cadastro de funcionários, a definição do pró-labore e o processamento da folha de pagamento do ano de 2024. Além disso, foram executados lançamentos de eventos da folha, cálculos de férias e apuração de verbas rescisórias, demonstrando a aplicação prática das normas trabalhistas e previdenciárias. A ênfase na conformidade legal dos procedimentos evidencia a relevância da atuação nesse setor, tanto para a gestão de pessoas quanto para o cumprimento das obrigações acessórias.

Além disso, a experiência permitiu avaliar questões estratégicas da empresa em termos de operação e mercado. A análise da estrutura de custos e receitas indica que a empresa possui condições de operar com lucratividade e sustentabilidade financeira, com monitoramento eficiente através de sistemas integrados. Os indicadores contábeis, como liquidez, rentabilidade e endividamento, demonstram uma boa saúde financeira, garantindo a capacidade de honrar compromissos de curto prazo e gerar resultados consistentes.

O modelo de negócio da Fitness Center Ltda., estruturado para atender serviços de academia, comércio e atividades correlatas, mostrou-se alinhado ao perfil de consumo e à demanda da região, permitindo a oferta de produtos e serviços compatíveis com as necessidades locais. Apesar da presença de concorrência nos diferentes setores, a empresa adota

estratégias de diferenciação baseadas na organização eficiente, gestão de custos e atendimento personalizado, posicionando-se de forma competitiva no mercado regional.

Por fim, a empresa encontra-se juridicamente regularizada e cumpre integralmente suas obrigações fiscais e acessórias, incluindo registro formal, emissão de notas fiscais, entrega de declarações e gestão do departamento pessoal. Essa conformidade legal garante segurança para operação e fortalece a credibilidade da organização perante clientes, fornecedores e órgãos de controle. Em síntese, a experiência de estágio na Fitness Center Ltda. permitiu vivenciar a aplicação prática de conhecimentos contábeis, tributários, legais e de gestão de pessoal em um contexto real.

4. Considerações Finais

A análise do presente relato de estágio, referente à experiência de constituição e legalização da empresa Fitness Center Ltda., evidencia um processo prático que possibilitou ao estagiário aplicar de maneira concreta os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da formação acadêmica. A descrição detalhada das etapas desde os procedimentos burocráticos iniciais até a estruturação do departamento pessoal demonstra a complexidade do processo e a riqueza do aprendizado envolvido na formalização de uma empresa.

O atendimento das expectativas iniciais, sobretudo no que se refere à aplicação prática dos conhecimentos contábeis, reforça a relevância da experiência para a consolidação do aprendizado. O relato evidencia que a constituição e legalização da empresa, aliadas à gestão do departamento pessoal, proporcionam insights significativos sobre a importância da regularidade empresarial e da conformidade legal, demonstrando de forma efetiva a aplicação prática das normas e regulamentos.

A atuação no departamento pessoal, abrangendo admissões, rescisões e cálculo de verbas trabalhistas, exemplifica o contato direto com rotinas essenciais da administração de pessoal. O aprofundamento no entendimento das normas trabalhistas e previdenciárias, juntamente com a ênfase na organização e precisão das atividades, reforça o valor da experiência para a compreensão das dinâmicas organizacionais e legais, evidenciando a importância do cumprimento das obrigações acessórias e da gestão eficiente de recursos humanos.

Em síntese, o estágio proporcionou uma vivência prática abrangente e significativa, permitindo observar a aplicação da contabilidade como ferramenta estratégica na gestão empresarial. A experiência na Fitness Center Ltda. demonstra claramente a conexão entre teoria e prática, consolidando conhecimentos e habilidades essenciais para a atuação profissional. Este relato constitui, assim, um registro valioso das atividades desenvolvidas e do aprendizado obtido, servindo como referência para futuras experiências acadêmicas e profissionais.

Referências

- Alves, C. & Ramos, M. C. (2022). Saúde e segurança no trabalho: qualidade e determinantes da sua divulgação no relato de sustentabilidade. *Revista de Administração de Empresas*, 62, e2021-0101.
- Alves, K. C. (2017). O impacto do registro digital nos processos de legalização de empresas nos escritórios de contabilidade da cidade de Uberlândia. 2017. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19330>.
- Berkenbrock, D. & Lizote, S. A. (2020). A importância do planejamento tributário: um estudo aplicado em um comércio atacadista de alimentos e artigos diversos de supermercado da cidade de Itajaí-SC. https://www.researchgate.net/publication/385680137_Planejamento_tributario_um_estudo_de_caso_em_uma_empresa_de_comercio
- Cattabriga, L. & Castro, N. F. (2014) Saúde e segurança no trabalho. <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:260555849>.
- Carvalho, B. B. (2019). Contabilidade gerencial como ferramenta para gestão de microempresas e empresas de pequeno porte. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário FACVEST, como parte dos requisitos para obtenção do grau bacharel em Ciências Contábeis. <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcjpcglclefndmkaj/https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/c1000-tcc-bruna-boch-carvalho.pdf>

- Contabilizei. (2023). Legalização de empresas: passo a passo de como fazer. <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/legalizacao-de-empresas/>.
- Correia, A. E. S. et al. (2014). Lucro real ou presumido: estudo de caso sobre elisão fiscal para uma empresa comercial no ramo de informática. Trabalho de graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis. <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/3517/1/AlineEloisedosSantosCorreia.pdf>
- Da Silva, C. M., Silva, L. F. & Drumond, F. M. P. (2015). Obrigações acessórias: o papel do profissional contábil na implantação do SPED Fiscal em um grupo de empresas do setor siderúrgico. RIC. 9(4), 42.
- De Barros, A. M. (2007). Curso de direito do trabalho. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. (50).
- De Mendonça, C. C. (2018). Dispensa por justa causa e direitos decorrentes: análise da garantia do 13º salário proporcional e das férias proporcionais. Portal de Trabalhos Acadêmicos. 10(2).
- Fernandes, F. C. A. et al. (2025). O papel da contabilidade tributária na redução de custos e conformidade fiscal. Aurum Revista Multidisciplinar. 1(1), 28-41. <https://aurumpublicacoes.com/index.php/MA/article/view/10>.
- Gaya, A. C. A & Gaya, A. R. (2018). Relato de experiência. Editora CRV.
- Gomes, I. (2021). O planejamento tributário: lucro real x lucro presumido. Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia - REIVA. 4(1), 15. <https://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/165>.
- Henrique, M. R. (2023). Planejamento tributário: um estudo multicaso entre lucro real e lucro presumido. Altus Ciência, 2023. <http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altuscienca/article/view/145>.
- Lopes, C. et al. (2017). Planejamento tributário: estudo de caso sobre lucro presumido e lucro real. Revista Liceu On-Line. 7(1). https://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE/article/view/1757.
- Mariano, T. L. A. B. & Moscon, D. C. B. (2018). As relações entre as práticas de gestão de pessoas e o desenvolvimento de vínculos com a organização: um estudo em uma empresa de contabilidade. Gestão & Planejamento-G&P. <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/4939>.
- Pereira, A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [free ebook]. Santa Maria. Editora da UFSM.
- Pessoa, D. P. G. (2024). Competência da Justiça do Trabalho nas ações movidas contra a Caixa Econômica Federal para fins de movimentação da conta. Os 20 anos da EC 45/2004 e a Competência da Justiça do Trabalho, p. 195. 43(43). Revista do Tribunal Regional do Trabalho - 7ª Região. Doi: <https://doi.org/10.69488/revistatrt7.v43i43.180>.
- Pimentel, C. A. et al. (2022). Relatos de experiência em engenharia de produção. ABEPRO - Associação Brasileira de Engenharia de Produção. <https://pt.scribd.com/document/620372641/Livro-Relatos-Experiencias-2022-2>.
- Pizzetti, L. B. (). Impacto da implementação da DCTFWeb nos processos contábeis: percepção dos profissionais contábeis de Içara-SC. Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em C.Contábeis da UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC. <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/11285/1/Lucas%20Barreto%20Pizetti.pdf>
- Silva, M. M. (2023). Percepção dos profissionais de contabilidade do estado da Paraíba sobre os efeitos da implantação da DCTFWEB. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27345>.
- Sousa, P. G. (2025). A era digital e suas contribuições para a realização dos procedimentos contábeis do setor pessoal. UESPI. <https://sistemas2.uespi.br/handle/tede/1510>.
- Specht, V. et al. (2005). O impacto dos encargos sobre a folha de pagamento. Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis. <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/125006/Contabeis294256.pdf?sequence=1>
- Yin, R. K. (2015). O estudo de caso. Editora Bookman.